

RELATÓRIO TÉCNICO DA PESQUISA “A DINÂMICA DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE”

Carlos Eduardo Mazzetto Silva¹

Pesquisa apoiada pelo CNPQ de fevereiro de 2007 a janeiro de 2008

Instituição receptora: Instituto de Geociências(IGC)/UFMG, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia

Pesquisa na qual se insere: *Novas Periferias: política e regulação urbano-ambiental na produção do espaço metropolitano*

Pesquisadora supervisora: Heloisa Soares de Moura Costa

1 – Objetivos da pesquisa

2.a - Objetivo geral

Pesquisar a realidade e a dinâmica da luta pela terra rural e dos projetos de assentamento de reforma agrária da região metropolitana de Belo Horizonte, aprofundando a compreensão das articulações entre o rural e o urbano e os processos sócio-espaciais resultantes.

2.b - Objetivos específicos:

- Levantar e analisar a realidade fundiária das zonas rurais dos municípios desta região, integrando a análise das formas de ocupação e apropriação da terra e entendendo as relações dessas zonas rurais com as sedes dos municípios e o centro da metrópole;
- Articular o componente da regulação ambiental com os processos de luta pela terra (rural) nestas regiões tidas como de expansão urbana, analisando os conflitos, mediações e soluções daí advindos.
- Analisar a trajetória de vida das famílias acampadas e assentadas, investigando: a) uma possível ressignificação da natureza, agora mediada por uma experiência urbana de periferia (assumindo a hipótese de que muitas das famílias tiveram uma experiência urbana/metropolitana recente); b) os fatores que impulsionam um retorno à vida rural e à condição camponesa (entendendo esse retorno como outra hipótese).
- Entender como esse processo de reterritorialização dialoga e se articula com os processos de expansão da ocupação urbana na região metropolitana e seu entorno.

3 – Atividades desenvolvidas

Foram desenvolvidas as seguintes atividades até o final de agosto de 2007:

- Levantamento de dados sobre o perfil demográfico e agrário dos municípios da região metropolitana de Belo Horizonte
- Levantamento junto ao INCRA do quadro relativo aos acampamentos e assentamentos de reforma agrária na região metropolitana de Belo Horizonte

¹ Doutor em Geografia, bolsista de pós-doutorado do CNPQ, pesquisador do IGC/UFMG.

- Contatos iniciais com INCRA-MG e com os movimentos sociais aos quais estão articulados os assentamentos da região metropolitana de Belo Horizonte
- Seleção de dois estagiários voluntários para trabalhar na pesquisa
- Pesquisa de campo (entrevistas, reuniões) nos 4 projetos de assentamento existentes na região metropolitana e eleitos para a pesquisa: foram realizadas 18 visitas de campo aos assentamentos, tendo sido entrevistadas 68 pessoas (até 23/10/07).
- Transcrição de fitas das reuniões e entrevistas realizadas e primeira sistematização desse material
- Primeira oficina de pesquisa, realizada em 29 de agosto de 2007 no auditório do IGC/UFMG, da qual participaram 67 pessoas, sendo :
 - 24 trabalhadores(as) assentados(as), sendo 6 do PA D. Orione, 5 do PA Serra Negra, 6 do PA Ho Chi Min e 7 do PA Pastorinhas.
 - 19 estudantes de pós-graduação do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFMG
 - 11 estudantes da graduação e pós-graduação do IGC/UFMG e um da Veterinária
 - 3 professores da UFMG, sendo um do IGC, um do ICB e um da FAE (Curso Pedagogia da Terra, Faculdade de Educação)
 - 2 representantes do INCRA-MG, um da FETAEMG, um da EMATER de Betim e um do Coletivo Terra da UFMG.
- Sistematização e análise dos dados
- Visita aos municípios, entrevista com representantes do executivo municipal e investigação sobre seus planos diretores e ações de desenvolvimento rural
- Oficina final de pesquisa, realizada em 19 de março de 2008, da qual participaram:
 - 18 trabalhadores (as) assentados (as), sendo 5 do PA D. Orione, 6 do PA Serra Negra, 4 do PA Pastorinhas e 3 do PA Ho Chi Min.
 - 45 estudantes do IGC e do ICB (Instituto de Ciências Biológicas) da UFMG
 - 3 professores da UFMG (dois do IGC e um do ICB)
 - 1 representante do INCRA, 2 do MST e 1 da Cáritas Regional Minas Gerais
- Elaboração de um artigo para o XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

4 – Resultados

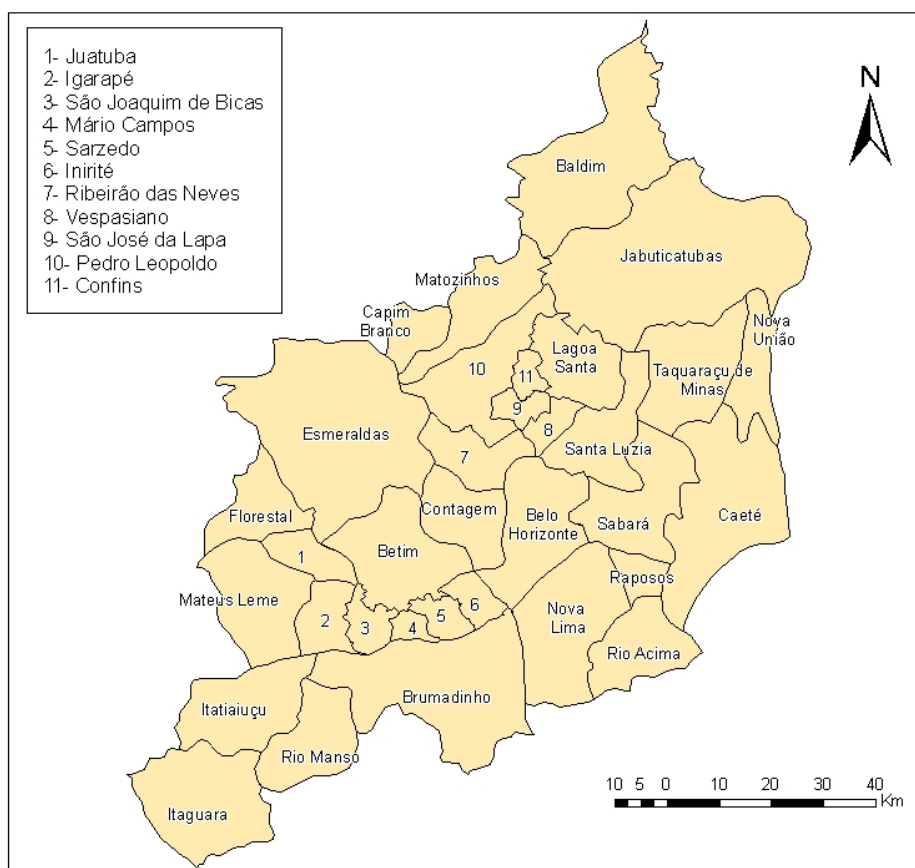
4.1 – Aspectos agrários da RMBH

A região metropolitana de Belo Horizonte tem uma extensão de 8.900 km² (ou 890.000 ha) o que representa 1,52% do território de Minas Gerais. Ela abrange 34 municípios, conforme definição reconhecida pelo Governo do Estado de Minas Gerais (Figura 1).

Apesar de sua pequena extensão em relação ao território estadual, sua população total em 2000 era de 4,360 milhões, praticamente $\frac{1}{4}$ da população total do estado². A população rural da RMBH, neste mesmo ano, era de 110.000 pessoas, 1,89% da população total da região. No seu espaço rural, a RMBH abriga 21.400 imóveis rurais, de acordo com o cadastro do INCRA-MG.

Figura 1

REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



O Quadro 1 revela algumas informações importantes sobre a extensão territorial e a realidade rural dos municípios da RMBH.

² A população de Minas Gerais em 2000 era de 7 891 494 habitantes.

Quadro 1 - Extensão territorial, percentual de população rural (2000) e número de estabelecimentos rurais dos municípios da RMBH (1995)

No. de ordem (est. rurais)	Município	No. est. rurais (1995) ³	Extensão territorial (km ²)	% pop. rural (2000) ⁴
1	Brumadinho	1.203	640,150	27,21
28	Itaguara	1.101	410,719	30,94
2	Esmeraldas	781	909,592	18,92
33	Rio Manso	577	232,102	38,40
3	Mateus Leme	471	302,589	15,53
4	Caeté	369	541,094	12,79
5	Ibirité	347	73,027	0,53
27	Florestal	295	194,356	32,00
29	Itatiaiuçu	293	295,062	40,84
30	Jaboticatubas	289	1.113,774	47,41
6	Igarapé	246*	109,930	7,49
7	Betim	245*	345,913**	2,74**
25	Baldim	269	554,029	40,92
34	Taquaraçu de Minas	232	329,363	60,53
32	Nova União	230	171,482	73,67
8	Pedro Leopoldo	145	291,038	19,42
26	Capim Branco	102	94,147	9,54
9	Santa Luzia	88	233,759	0,38
10	Sabará	83	303,564	2,30
11	Lagoa Santa	79**	231,994*	6,54*
31	Matozinhos	72	252,908	8,29
12	Ribeirão das Neves	60	154,180	0,58
13	Juatuba	56	96,789	2,81
14	Contagem	46	194,586	0,87
15	São José da Lapa	31	48,636	40,64
16	Rio Acima	18	230,143	14,13
17	Nova Lima	9	428,449	2,10
18	Vespasiano	6	70,108	1,58
19	Belo Horizonte	4	330,954	0,00
20	Raposos	1	71,850	5,84
21	Confins***		42,008	35,94
22	Mário Campos***		35,115	24,52
23	Sarzedo		61,892	14,68
24	São Joaquim de Bicas		72,455	24,44
	RMBH	7748	8.898,50	1,89

*Não inclui Confins; **Inclui atual Confins; ***Pertenciam à Ibirité; *Inclui os atuais Sarzedo e Mário Campos; ** Não inclui os atuais Sarzedo e Mário Campos; *Inclui atual São Joaquim de Bicas

A partir do Quadro 1, podemos ter uma idéia primeira do peso do rural na realidade dos municípios, o que é mostrado também pela Figura 2. Os municípios de Brumadinho (1.203) e Itaguara (1.101) se destacavam no número de estabelecimentos rurais, de acordo com o Censo Agropecuário de 1995/06. Em seguida vêm Esmeraldas (781), Rio Manso (577) e Mateus Leme (471), todos com mais de 400 estabelecimentos rurais. Nova União e Taquaraçu de Minas se destacam em termos de percentual de população rural. Em 2000, o primeiro tinha 73,7% de sua população e o segundo 60,5%. Em toda a região metropolitana existiam 7.746 estabelecimentos rurais em 1995/96 e a

³ Censo Agropecuário 1995/1996

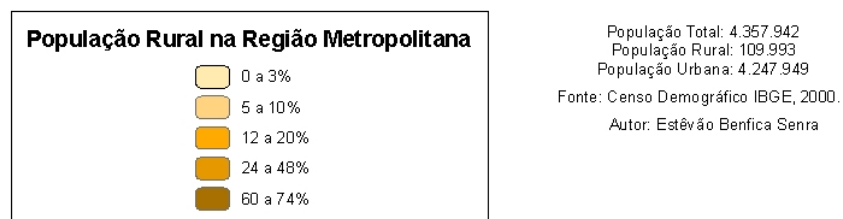
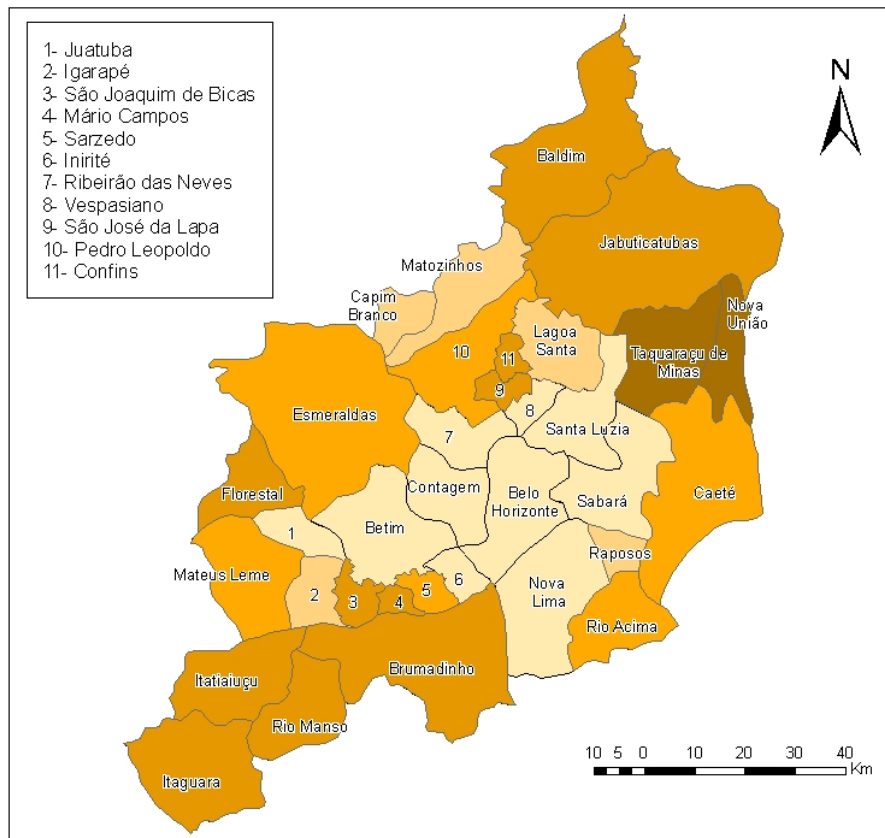
⁴ Censo Demográfico 2000

população rural representava apenas 1,9% do total de habitantes. 13 municípios da RMBH tinham acima de 20% de população rural.

A Figura 2 reflete a estratificação em classes os municípios da RMBH, no tocante ao percentual de população rural. Observa-se que o percentual aumenta na medida que se afasta do núcleo da RMBH. Este núcleo é composto de 11 municípios: Belo Horizonte, Betim, Contagem, Nova Lima, Raposos, Sabará, Ibirité, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano e Juatuba. Nesses municípios ou não existe população rural ou esse percentual é muito baixo (menor que 3%).

Figura 2

POPULAÇÃO RURAL NA RMBH



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

No Quadro 2, estão a extensão territorial, o módulo fiscal e a fração mínima de parcelamento dos 34 municípios da RMBH. Nota-se que 22 municípios tem um módulo fiscal de 7 ha, 10 municípios têm um módulo fiscal (MF) de 20 ha. Itaguara e Belo Horizonte são exceções extremas. O primeiro tem um MF de 30 ha e o segundo de 5 ha. O valor do MF é importante porque a partir dele o INCRA estratifica as propriedades em níveis de tamanho, conforme o Quadro 3.

Quadro 2 - Extensão territorial e índices rurais - municípios da RMBH

Município	Extensão territorial (km ²)	Módulo fiscal (ha)	Fração mínima parc ^{to} .(ha)
Baldim	554,029	20	3
Belo Horizonte	330,954	5	1
Betim	345,913	7	1
Brumadinho	640,15	20	2
Caeté	541,094	7	1
Capim Branco	94,147	7	1
Confins***	42,008	7	1
Contagem	194,586	7	1
Esmeraldas	909,592	7	1
Florestal	194,356	20	2
Ibirité	73,027	7	1
Igarapé	109,93	20	2
Itaguara	410,719	30	3
Itatiaiuçu	295,062	20	2
Jaboticatubas	1.113,77	20	3
Juatuba	96,789	20	2
Lagoa Santa	231,994*	7	1
Mário Campos***	35,115	7	1
Mateus Leme	302,589	20	2
Matozinhos	252,908	7	1
Nova Lima	428,449	7	1
Nova União	171,482	7	1
Pedro Leopoldo	291,038	7	1
Raposos	71,85	7	1
Ribeirão das Neves	154,18	7	1
Rio Acima	230,143	7	1
Rio Manso	232,102	20	2
Sabará	303,564	7	1
Santa Luzia	233,759	7	1
São Joaquim de Bicas	72,455	20	2
São José da Lapa	48,636	7	1
Sarzedo	61,892	7	1
Taquaraçu de Minas	329,363	7	1
Vespasiano	70,108	7	1
RMBH	8004,867		

Fonte: cadastro INCRA, dez/2005

Quadro 3 – Níveis de tamanho conforme INCRA

Tamanho da propriedade	Número de MFs
Minifúndio	Menor que 1 MF
Pequena	De 1 a 4 MFs
Média	De 4 a 15 MFs
Grande	Maior que 15 MFs

**Quadro 4 - Classificação dos imóveis rurais
Municípios RMBH, Cadastro INCRA 2005**

MUNICÍPIO	Minifúndio	Pequena Propr.	Média Propr.	Grande propriedade		TOTAL
				Produtiva	Improd.	
Baldim	343	171	59	14	10	649
B. Horizonte	79	49	28	1	11	176
Betim	847	224	111	17	22	1.247
Brumadinho	1.021	263	80	1	6	1.431
Caeté	483	335	155	9	28	1.047
Capim Branco	171	58	60	8	16	316
Confins	94	40	14	2	2	154
Contagem	287	126	60	-	15	496
Esmeraldas	992	559	442	52	128	2.186
Florestal	351	197	40	-	1	598
Ibirité	149	94	25	1	11	291
Igarapé	341	63	18	1	1	434
Itaguara	1.337	298	23	-	-	1.677
Itatiaiuçu	679	222	46	3	1	1.231
Jaboticatubas	1.094	374	107	8	16	1.630
Juatuba	162	36	16	-	3	218
Lagoa Santa	320	151	101	8	27	625
Mário Campos	62	45	5	-	2	116
Mateus Leme	696	249	56	5	4	1.017
Matozinhos	180	77	46	24	19	347
Nova Lima	160	74	38	1	24	332
Nova União	483	154	2	1	2	642
P. Leopoldo	142	142	98	13	39	453
Raposos	8	15	4	1	2	38
R. das Neves	167	94	44	4	15	329
Rio Acima	146	93	40	5	14	308
Rio Manso	642	147	19	-	-	820
Sabará	436	198	99	12	31	794
Santa Luzia	413	166	123	9	22	744
S. J. da Lapa	57	31	11	3	3	111
S. J. de Bicas	121	41	10	-	1	178
Sarzedo	43	39	13	2	4	110
Taq. de Minas	479	155	100	6	37	479
Vespasiano	86	52	21	4	2	168
RMBH	13.071	5.032	2.114	215	519	21.392
	61,10%	23,52%	9,88%	1,00%	2,43%	100,00%
Minas Gerais	443.871	181.706	60.451	6.593	6.362	709.030

De acordo com esta estratificação então, podemos elaborar um quadro com as diversas categorias de tamanho para cada município. No Quadro 4 está essa estratificação para os municípios da RMBH, acrescida da divisão das grandes

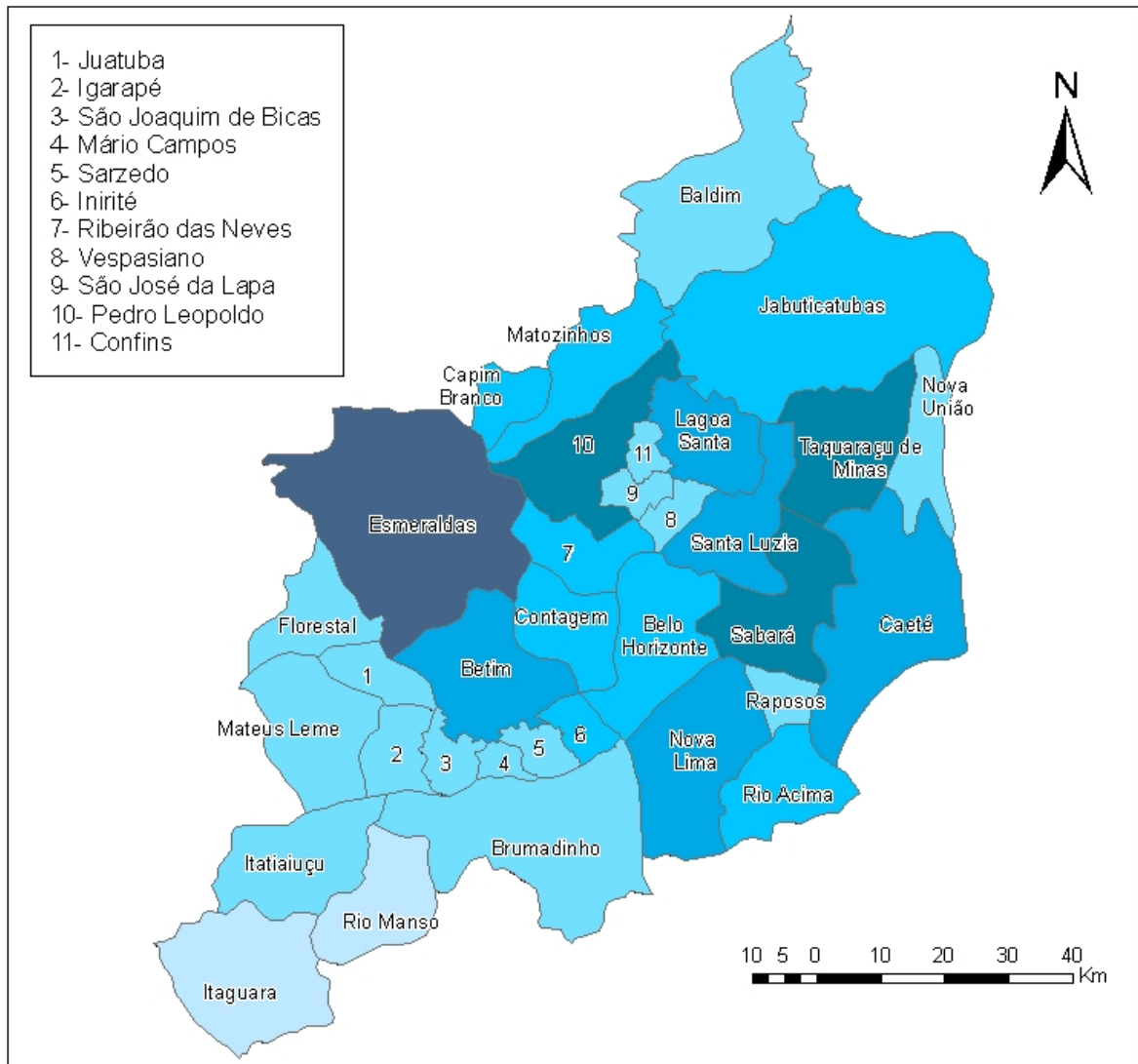
propriedades em produtiva e improdutiva, sendo esta última categoria aquela que poderia ser desapropriada para fins de reforma agrária por não atender à função social da propriedade. O caráter produtivo ou improdutivo é dado pela fiscalização realizada por equipe do INCRA, relativo a dois índices estipulados na lei agrária: Grau de Utilização da Terra (GUT) e Grau de Eficiência da Exploração (GEE). Importante, esclarecer que essas informações são baseadas no cadastro do INCRA que tem caráter declaratório. O último cadastramento geral foi realizado em 1992, sendo dessa data as informações sobre os imóveis que não sofreram transferência depois dessa época.

A partir do Quadro 4 elaboramos um mapa (Figura 3) que retrata as classes relativas ao número de grandes propriedades improdutivas dos municípios da RMBH. Observamos que se destaca o município de Esmeraldas, o segundo maior da RMBH, com 128 latifúndios improdutivos. Em seguida vem Pedro Leopoldo, Taquaraçu de Minas e Sabará que possuem entre 30 e 40 latifúndios improdutivos. No total, de acordo com as informações do cadastro do INCRA, existiriam 519 latifúndios improdutivos na RMBH o que significaria um enorme potencial para a criação de assentamentos de reforma agrária. Entretanto, os dados do cadastro não podem ser tomados como “verdade absoluta”, precisaria haver uma averiguação *in locu*. Observa-se ainda que quase 85% dos imóveis rurais da RMBH são ou minifúndios ou pequenas propriedades. Já as grandes propriedades somam cerca de 3% do total de imóveis rurais da RMBH.

Certamente municípios como Jaboticatubas, Baldim, Esmeraldas, Brumadinho e Caeté, todos com mais de 500 km², são municípios que tem uma área rural considerável, tendo, por consequência um número significativo de imóveis rurais (Quadro 5). Jaboticatubas e Baldim tem população rural acima de 40% da população total, Brumadinho 27%, Esmeraldas em torno de 19% e Caeté 13% (Quadro 2). Além destes, merecem destaque em termos da relevância do rural, aqueles que têm percentuais expressivos de população rural (mais que 10%): Taquaraçu de Minas, Itatiaçu, São José da Lapa, Confins, Florestal, Itaguara (este também tem uma extensão territorial significativa), Mário Campos, Pedro Leopoldo, Mateus Leme, Sarzedo e Rio Acima.

Figura 3

GRANDES PROPRIEDADES IMPRODUTIVAS NA RMBH



Número de Grandes Propriedades Improdutivas



Definições das categorias de tamanho:

Minifúndio \square < 1 módulo fiscal (MF)
Pequena propriedade \square De 1 a 4 MFs
Média propriedade \square De 4 a 15 MFs
Grande propriedade \square > 15 MFs

Total de grandes propriedades improdutivas
RMBH: 519
Minas Gerais: 6.362

Fonte: Cadastro INCRA 2005.
Autor: Estêvão Benfica Senra

Quadro 5 – Extensão territorial (por ordem de tamanho) e número de imóveis rurais – Municípios da RMBH

Municípios	Extensão territorial (km²)	Total imóveis rurais
Jaboticatubas	1.113,77	1.630
Esmeraldas	909,59	2.186
Brumadinho	640,15	1.431
Baldim	554,03	649
Caeté	541,10	1.047
Nova Lima	428,45	332
Itaguara	410,72	1.677
Betim	345,91	1.247
Belo Horizonte	330,95	176
Taquaraçu de Minas	329,36	479
Sabará	303,56	794
Mateus Leme	302,59	1.017
Itatiaiuçu	295,06	1.231
Pedro Leopoldo	291,04	453
Matozinhos	252,91	347
Santa Luzia	233,76	744
Rio Manso	232,10	820
Lagoa Santa	231,99	625
Rio Acima	230,14	308
Contagem	194,59	496
Florestal	194,36	598
Nova União	171,48	642
Ribeirão das Neves	154,18	329
Igarapé	109,93	434
Juatuba	96,79	218
Capim Branco	94,15	316
Ibirité	73,03	291
São Joaquim de Bicas	72,45	178
Raposos	71,85	38
Vespasiano	70,11	168
Sarzedo	61,89	110
São José da Lapa	48,64	111
Confins	42,01	154
Mário Campos	35,11	116
RMBH	8898,50	

Fonte: Cadastro do INCRA-MG, 2007

4.2 – Os Projetos de Assentamento da RMBH

São quatro os projetos de assentamento localizados nos limites da RMBH, dois presentes no município de Betim, a Oeste de Belo Horizonte, um em Brumadinho, a sul da capital, e um em Nova União no limite nordeste da região metropolitana (Quadro 6). Quatro assentamentos com distintas cronologias e características apesar de compartilharem os dilemas e as possibilidades colocadas pela proximidade de um grande centro urbano.

Quadro 6 – Projetos de assentamento na RMBH

Município	Projeto de assentamento	Ano de criação	Movimento social	Área (há)	Nº famílias
Betim	Dom Orione	1997	FETAEMG	215,95	39
Betim	Serra Negra	1999	FETAEMG	246,59	26
Brumadinho	Pastorinhas	2006	Autônomo	156,4	22
Nova União	Ho Chi Min	2005	MST	758,94	42

Fonte: Incra, 2008

Existem ainda 3 áreas com acampamentos que demandam a desapropriação das respectivas fazendas (Quadro 7).

Quadro 7 – Acampamentos rurais na RMBH

Movimento	Município	Nome acampamento	fam. decl.	Data
MST	Betim	2 de julho	50	2/7/1999
MST	Esmeraldas	Carlos Lamarca	50	11/6/2004
MST	Nova União		25	07/2007

Fonte: INCRA-MG, agosto de 2007

O PA Dom Orione, o mais antigo da RMBH, foi criado em 28 de novembro de 1997, encontra-se no Município de Betim e abarca 39 famílias. Sua área total é de 215,95 ha, sendo que destes 47,00 ha são destinados à área de Reserva Legal.

O PA Serra Negra, por sua vez, também é localizado em Betim, e foi criado em 21 de dezembro de 1999. Possui 26 famílias em uma área total de 246,5889 há, com uma área de reserva de 54,8012 há e 18 há de área inaproveitável.

Os assentamentos Ho-chi-min e Pastorinhas, projetos mais recentes, datados de 2005 e 2006 respectivamente, ainda se encontram em processo de consolidação e construção dos PDAs (Planos de Desenvolvimento de Assentamento). O primeiro, localiza-se no Município de Nova União, abrange uma área total de 758,94 ha e abriga 42 famílias. Já o assentamento Pastorinhas é o menor e o mais recente dentre todos, como uma área total de 156,40 ha 22 famílias.

Dom Orione e Serra Negra, além de compartilharem o fato de estarem situados no mesmo município, partilham também algumas semelhanças quanto ao vínculo político à FETAEMG, o que se desdobra em alguns atores em comum quando analisada a história dos dois projetos.

Ambos foram resultado de uma articulação política entre o sindicato do trabalhadores rurais de Ibirité, as prefeituras de Ibirité e Betim e FETAEMG. No caso

da Fazenda Dom Orione soma-se ainda o fato da área onde hoje se localiza o assentamento ser uma antiga área de cultivo em parceria junto à prefeitura de Ibirité (na época parte do terreno da fazenda pertencia a este município). Por este motivo, muitos dos moradores atuais do assentamento já vinham plantando no território da fazenda, antes mesmo da idéia do assentamento, o que, de certa forma, contribuiu para sua consolidação e adaptação.

Segundo o depoimento dos próprios assentados em entrevistas para a pesquisa, a idéia de se criar um assentamento apenas chegou ganhou corpo, quando um outro movimento social, vinculado à reforma urbana, liderado pelo Padre Piggy (personagem recorrente nas histórias dos assentados) reclamou junto a CDI, antiga proprietária do terreno, a fazenda para a criação de uma espécie de conjunto habitacional. A partir desta disputa surge então uma outra frente, que se alia aos trabalhadores já instalados no terreno, com a reivindicação em prol da criação de um assentamento rural. Estes acabaram vencendo a disputa e adquirindo o direito sobre a terra por intermédio do INCRA. O PA Dom Orione hoje é o mais “urbano” dos PAs, no sentido de que está cercado por dois bairros periféricos da cidade de Betim.

Já o assentamento Serra Negra pode ser compreendido como um processo de organização de um grupo de famílias moradores de bairros da periferia de Betim, mas que mantinham algum vínculo com a vida rural. De certo modo, a criação do assentamento Dom Orione deu fôlego para seus idealizadores, que anos depois viriam a ocupar a Fazenda Serra Negra na época improdutiva, não cumprindo, pois, a sua função social.

Depois de algumas negociações, o INCRA desapropriou a fazenda e criou o assentamento. Inclusive, durante este processo, o antigo caseiro da fazenda optou por se juntar ao grupo e receber um lote a seus cuidados já que nas políticas de reforma agrária do instituto existe esta diretriz. É também um assentamento bastante “urbano”, ficando muito próximo do bairro de Betim conhecido por Vianópolis

O grupo do assentamento Pastorinhas, no seu início, também possuiu vínculos com a FETAEMG, que, inclusive, providenciou o caminhão que ajudou a carregar as famílias para a primeira área a ser ocupada. Porém, durante o processo de luta, as famílias que resistiram, optaram por romper com o movimento social por diversos motivos entre eles a não identificação com as propostas da instituição. As famílias desse assentamento eram quase todas horticultoras em Bom Jardim (município de Mário Campos) que plantavam à meia suas hortas, pois não tinham terra.

Anteriormente à criação do assentamento e à ocupação do território que atualmente ocupa, as famílias do Pastorinhas chegaram a passar vários anos acampados em barracas na beira de uma estrada vicinal próxima ao assentamento, ainda hoje, muitas das famílias não possuem casas, pois o assentamento ainda se encontra em processo de consolidação e construção do PDA. Este PA dista cerca de 9 km da sede do município de Brumadinho e está numa região rural, próximo ao povoado de Monte Cristo e a grandes áreas de exploração de minério de ferro.

O assentamento Ho-Chi-Min, na região metropolitana, é o único assentamento representante e oriundo do MST, movimento que hoje vem investindo mais na organização de grupos de sem-terra na RMBH.. Apesar dos inúmeros acampamentos na

região, a ocupação que originou o assentamento Ho-Chi-Min foi a único que conseguiu atingir o status de assentamento. No entanto, o grupo que hoje se encontra em processo de consolidação do assentamento, é formado por famílias que já participaram de diversos outros acampamentos e de trajetórias bem diferentes. Pode-se dizer que de todos os 4 assentamentos da RMBH, o Ho-Chi-Min é o que apresenta o grupo mais heterogêneo e também aquele situado numa região mais rural, característica do município de Nova União que tem, ainda, 74%.de sua população vivendo na zona rural, constituindo-se, inclusive, no principal produtor de banana da RMBH.

Diferentemente dos demais, o assentamento Ho-Chi-Min foi fruto muito mais de negociações entre INCRA e MST envolvendo vários outros acampamentos e um espaço muito mais amplo, do que um movimento localizado como nos outros assentamentos da RMBH.

Foram realizadas, ao longo da pesquisa, 18 visitas de campo aos 4 PAs, tendo sido entrevistadas 73 pessoas (entrevistas, reuniões) de acordo com o Quadro 8.

Quadro 8 – Informações sobre pessoas entrevistadas dos 4 PAs - número de pessoas, idade média e percentual de mulheres

PA	Nº pessoas entrevistadas	Idade média	% Mulheres
D. Orione	14	64	50%
Serra Negra	10	46	22%
Pastorinhas	24	39	46%
Ho Chi Min	25	47	29%
Total	73		

Os aspectos primordiais que foram explorados nessas reuniões/entrevistas foram:

- Local de origem (município) das pessoas
- Trajetória de vida até a inserção no movimento social e na transformação em assentado (a)
- História do assentamento
- Relações com o campo e com o urbano nessa trajetória e o sentido da terra e da luta por ela
- Economia atual da família, trabalhos rurais e urbanos, vínculos de sobrevivência com o campo e com a cidade.

4.3 – Origem e trajetória das pessoas assentadas

O Quadro 9 mostra a origem das 64 pessoas entrevistadas que a declararam. Este quadro permite observar, por exemplo, a quantidade expressiva de pessoas oriundas do Vale do Rio Doce (18), maior do que as originadas da própria RMBH. Estas totalizam 17 pessoas, sendo 9 do PA Pastorinhas. Registre-se que a maioria dessas 9 pessoas, não vieram do centro das concentrações urbanas da RMBH, mas do distrito de Bom Jardim (município de Mário Campos) onde plantavam, horta à meia.

Interessante observar que as regiões que mais aparecem enquanto origem dos assentados e assentadas estão na porção leste/nordeste do estado de Minas Gerais. Se juntarmos as regiões dos vales do Rio Doce, Jequitinhonha e Mucuri teremos um total

de 32 pessoas, exatamente a metade dos declarantes. Note-se ainda que 8 dos declarantes eram originários de outros estados.

Quadro 9 – Região de origem dos(as) assentados(as) entrevistados(as)

Região	Projetos de Assentamento				Total
	Ho Chi Min	Serra Negra	D. Orione	Pastorinhas	
Metropolitana	6	2	-	9	17
Vale Rio Doce	7	1	3	7	18
Vale Jequitinhonha	4	2	0	-	6
Vale Mucuri	4	1	3	-	8
Norte	-	2	1	-	3
Outras	3 (2 BA)	2 (1 BA)	5 (2 ES, 1 CE)	2 (RJ e PR)	12
Total	24	10	12	18	64

Essa concentração de pessoas oriundas da região leste/nordeste do estado pode ter várias explicações e merece uma investigação maior. Entretanto, a partir das características dessas regiões podemos inferir algumas hipóteses. São regiões que se caracterizaram historicamente m pela forte presença de posseiros e de fazendas de gado. Como veremos à frente, muitas dessas pessoas eram empregados de fazenda, meeiros ou posseiros. Nas décadas de 1960 e 70, essa pecuária começa a entrar em decadência devido à degradação dos solos manejados historicamente com fogo. Também nessa época começam a vigorar mais fortemente os direitos trabalhistas e muitos empregados e agregados de fazenda são dispensados para evitar a garantia desses direitos. Isso atingiu também muitos posseiros que poderiam utilizar o mecanismo do uso-capião para garantir legalmente suas posses, tendo havido nessa época muita expulsão desse tipo de trabalhador rural. Além disso, algumas dessas pessoas eram de famílias que tinham pouca terra e muitos filhos. Uma parte tinha que, obrigatoriamente, migrar e o apelo da cidade grande falava alto nesse momento histórico.

4.4 – Situação do pai e família em relação à terra

Pudemos coletar, em alguns casos, a informação sobre a situação da família no início da vida dos trabalhadores e trabalhadoras hoje assentados (as). **A maioria esmagadora tinha origem da zona rural** (como já vimos pela origem) e as informações que conseguimos coletar estão no Quadro 10.

Quadro 10 – Situação do pai/família em relação à terra quando do início da vida dos(as) assentados(as)

Situação pai/família	Projetos de assentamento				Total
	S. Negra	D. Orione	Ho Chi Min	Pastorinhas	
Pequeno proprietário ou posseiro	4	4	7	5	20
Empregado de fazenda	1	5	7	4	17
Meeiro	1	1	4	4	10
Total	5	10	18	13	47

Pelo Quadro 10 é possível observar que 47 assentados (as) declararam a situação da família em relação à terra quando do início de suas vidas. Essa grande maioria dos entrevistados, portanto, nasceu e cresceu na lida com a roça de alguma forma. Isso

durou até uma idade variável, quando migraram para regiões urbanas, tendo acabado, de uma forma ou de outra, na RMBH. Observa-se que para um universo de 20 entrevistados, a família tinha alguma terra (posse ou propriedade). Na maior parte das vezes, essa terra era muito pequena e obrigava, como já dissemos, muitos dos(as) filhos(as) a migrar em busca de oportunidades de trabalho e renda. Outros 17 declararam que o pai era empregado de fazenda e 10 que era meeiro.

4.5 – Ofícios exercidos e migração campo-cidade

A trajetória de vida dos assentados e assentadas na RMBH pode ser visualizada através dos ofícios exercidos durante a vida produtiva. Se, no início, a vida era na roça ajudando os pais na lavoura ou no trabalho da fazenda, em seguida houve a migração para regiões metropolitanas. Alguns saíram do interior de Minas Gerais e passaram por São Paulo ou Rio de Janeiro até se estabelecer na RMBH. Outros, como o Sr. João Romão (67 anos) do PA D. Orione saiu de Brejo dos Santos, interior do Ceará, passou por Araçuaí (Vale do Jequiitinhonha), onde ficou 2 anos, foi para o oeste do Paraná participar do desmatamento e abertura da última fronteira agrícola do estado nos anos 1970, retornou ao Ceará, onde não se adaptou mais e, finalmente, veio para a RMBH, de início para Belo Horizonte e depois para Betim. Foi empregado de fazenda, peão, bóia-fria, meeiro e gráfico. São trajetórias, nas quais o ofício exercido vai mudando, de acordo com as oportunidades e as “curvas” da vida.

Pelos depoimentos colhidos, podemos apontar alguns dos principais motivos que provocaram a saída do campo, ilustrados por falas que os identificam:

- a) Terra da família era muito pequena (fato já comentado anteriormente).
- b) Busca de alternativa de renda e melhoria de vida.

“Eu tinha trabalhado muito na roça e de roça eu não tinha adquirido nada” (D. Rosa Gomes, 43 anos, PA D. Orione)

“Devido aos maus tratos, né, na roça, que antigamente era muito difícil. A pessoa só vivia andando por que chegava na fazenda, trabalhava, trabalhava, e saía com a mão na frente a outra atrás, não tinha os direitos que as pessoas tem hoje” (D. Geralda, 57 anos, PA Ho Chi Min).

“Eu vi minha mãe trabalhar de sete horas da manhã a sete da noite lavando roupa... Eu vou embora pra Belo Horizonte pra melhorar mamãe” (S. João Evangelista, 53 anos, PA Ho Chi Min).

“Por que a terra lá é só pra lavoura branca, milho, cana. Pra nós viver lá era moer cana fazer rapadura e levar pra cidade pra vender. O milho é de ano em ano, nesse período a pessoa tem que ficar mais é parada, e gente come e bebe todo dia, como é que faz?” (D. Ieda, 50 anos, PA Pastorinhas).

- c) A “ilusão” da grande cidade.

“Depois vim para cidade, que a gente vai crescendo e dá aquela ambição, que os outros vem e a gente vê eles voltando com aquelas roupas bonitas, é a ilusão né” (S. Orlando, PA D. Orione)

“a sede de conhecer a cidade grande” (D. Dirce, 56 anos, PA D. Orione)

- d) Doença na família
- e) Seca severa num determinado ano

Os ofícios exercidos, sem dúvida, falam bastante, sobre as migrações e os lugares onde essas pessoas viveram. Fala também sobre esse vai-e-vem rural-urbano-rural que marcou o caminho da maioria dessa população. Pudemos extrair das entrevistas algumas informações sobre os ofícios exercidos. Elas estão organizadas no Quadro 11 e se referem às citações feitas pelos assentados dos ofícios que exerceram. Separamos os ofícios em ofícios rurais e ofícios urbanos, por mais difícil e relativo que essa separação seja. O critério foi, principalmente, aonde o ofício era exercido.

Quadro 11 – Número de citações de ofícios exercidos pelos assentados e assentadas dos PAs da RMBH

Ofícios citados	Projetos de assentamento				Total
	S. Negra	D. Orione	Ho Chi Min	Pastorinhas	
Rurais	15	12	19	15	61
Urbanos	7	15	43	7	72
Total	22	27	62	22	133
Ofícios/entrevistado	2,2	2,2	2,5	1,2	

Entre os ofícios rurais, os mais citados estão:

- Empregado de fazenda: 17 citações, sendo 8 no PA Ho Chi Min
- Agricultor (a): 15 citações, sendo 9 no PA Ho Chi Min
- Meeiro: 15 citações, sendo 11 no PA Pastorinhas
- Bóia-fria/diarista: 6 citações

Também foram citados os seguintes ofícios: caseiro (3), carpinteiro (2), garimpeiro (1), carvoeiro (1), tratorista (1).

Entre os ofícios urbanos, os mais citados foram:

- Pedreiro: 12 citações, sendo 8 no PA Ho Chi Min
- Servente/Construção civil: 12 citações, sendo 8 no PA Ho Chi Min
- Operário: 12 citações, sendo 8 no PA Ho Chi Min
- Setor de serviços⁵: 10 citações, sendo 5 no PA Ho Chi Min
- Vendedor(a)/ambulante⁶: 6 citações, sendo 5 no PA Ho Chi Min

Além desses principais, foram citados os seguintes ofícios: empregada doméstica (4), cozinheira, faxineira, copeira, lavadeira, educadora, artesã, pizzaiolo, eletricitista, gráfico, porteiro, lavador de defunto (na Escola de Medicina da UFMG), dono de oficina, auxiliar de enfermagem, serviço público municipal (técnica em agropecuária)⁷.

Ficou bastante perceptível nos levantamentos, a alternância entre ofícios rurais e urbanos na trajetória dos assentados e assentadas, que, naturalmente, andou junto com a alternância de moradia em zonas rurais e urbanas. Ou seja, a experiência de vida mescla

⁵ Neste setor foram citados trabalhos em: carpintaria, rodoviária, fábrica de colchão, vidraçaria, hospital, escola.

⁶ Curiosidade: um desses que declararam ter sido vendedores, vendia água na cangalha de jeques em Itaobim, no vale do Jequitinhonha/MG.

⁷ Todos ofícios que estão sem número entre parênteses, foram citados apenas uma vez.

as duas vivências: rural e urbana. Mas porquê a opção pelo rural, ou seja, pela luta pela terra e pelo “retorno” à vida e aos ofícios rurais?

4.6 – O significado da terra

O impulso que movimenta a luta pela terra pode ter várias inspirações e, certamente, mistura necessidade, opção e valores que definem as identidades dos sujeitos assentados. Praticamente, todos os entrevistados passaram por uma experiência urbana e num determinado momento resolveram investir na conquista da terra e no retorno à vida rural.

Identificamos 5 motivações básicas que impulsionaram esses sujeitos a esse retorno:

a) A identidade com a terra

“...eu gosto muito daqui, eu sou mesma coisa que minhoca, para mim se fô prá pessoa me dá um apartamento desses de luxo na cidade, Deus que me perdoa, eu não quero não” João Romão (66 anos, PA D. Orione)

“A minha origem é de preto, eu sou fio da roça” (S. Geraldo 68 anos, PA D. Orione)

“Quando eu trabalhei de pedreiro eu já tinha minhas foíce, eu já tinha meu machado, minha enxada, tinha tudo de roça, eu não comprei nada. Eu tinha tudo com intenção de ir pra roça” (Ajail, 50 anos, PA Ho Chi Min).

Essas falas mostram que a vinculação com a terra é parte constitutiva desses sujeitos, de sua identidade, não podendo haver, portanto, outro caminho, senão esse retorno ao rural.

b) Conquista da autonomia (sobre o próprio corpo, trabalho, tempo) e liberdade (auto-controle)

“A gente pensa em trabalhar pra gente mesmo, né? Construir família no que é da gente é muito melhor” (Lidinéia, 27 anos, PA D. Orione)

“E hoje nós estamos aí no movimento tentando adquirir nossa área de terra pra trabalhar, cuidar dos filhos da gente, era o sonho da gente, e saímos da cidade por esse motivo. Hoje na cidade nós somos escravos dos grandes patrão, tem hora de pegar serviço, não tem hora pra largar” (Josito, 42 anos, PA Ho Chi Min):

“ eu fui e entrei no MST pra voltar pra roça, pra ter um emprego, trabalhar. Sair da escravidão parar de acordar de madrugada, chegar de noite em casa, muita coisa...correr do aluguel por que o emprego hoje em dia na cidade, se a pessoa não tiver um bom estudo, uma boa formação não dá pra sobreviver bem.” (Wanderson, 32 anos, PA Ho Chi Min):

“Sempre tive vontade de ter um pedaço de terra pra trabalhar por minha conta, pra ninguém me aborrecer. O que der pra vender a gente vende, o que não der, a gente dá pra porco, pra galinha.” (Ieda, 50 anos, PA Pastorinhas).

“Tenho agora um pedacinho de terra, para podê plantar e vendê só pra gente. Se vendê a 5 reais é da gente, se vende a 1 real, a 2

reais é da gente, não tem que dividir⁸, eu tô muito satisfeita... A terra foi o maior presente que eu ganhei em minha vida” (Maria Flor, 46 anos, PA Pastorinhas)

“Quando eu trabalhava lá na roça, a gente trabalhava em esquema de cooperação, eu cuidava lá das vacas, o outro irmão cuidava dos porco, o outro cuidava lá da roça, então não tinha ninguém lá o tempo todo te pressionando, te mandando, essas coisas. Quando eu vim práqui as coisas eram diferente, o dia todo lá, dois três encarregado, o dia todo te forçando, e eu não me acostumei com aquilo, foi um choque para mim, lá o tempo todo cê trabalhando, dando um duro danado e as pessoas lá te pressionando mais ainda...” (Valdivino, 23 anos, PA Pastorinhas).

A dureza da exploração do trabalho, certamente, deixou marcas nestas pessoas. O desejo de autonomia e liberdade em relação ao próprio corpo, trabalho e na administração do seu próprio tempo parece ser a motivação mais forte entre os entrevistados. Num tempo, onde o desejo de um emprego fixo virou uma obsessão dos trabalhadores de países do capitalismo periférico como o Brasil (e objeto de chantagem desse mesmo sistema), não deixa de ser no mínimo curioso e interessante, a luta dessas pessoas por autonomia e controle sobre seu próprio trabalho.

c) Violência e desemprego/subemprego na cidade

“Ah o que me fez vim é o seguinte, é devido a gente não ter terra pra plantar e também as coisas que anda acontecendo dentro da cidade, que é a matança, o roubo, foi isso que me fez vim praqui.” (D. Geralda, 57 anos, PA Ho Chi Min):

d) Herança camponesa de anseio por justiça agrária – o sonho da terra (mística)

“Meu pai falava muito na reforma agrária, o sonho dele era trabalhar na terra dele. O sonho dele não alcançou, mas a gente que é filho dele tamo aí, realizando esse sonho dele” (Maria do Carmo, 51 anos, PA Ho Chi Min).

A experiência de vida de D. Maria do Carmo está ao fundo dessa sua fala. Tanto seu avós, como seus pais foram expulsos de suas posses de forma violenta na região de Governador Valadares. O anseio por justiça e o sonho da reforma agrária se preservou no seu imaginário e se realiza agora, décadas depois da expropriação.

e) Empenho e militância na transformação social

“Eu tenho um intuito, agora que eu sou um assentado, levar o meu sonho adiante, não ficar só nisso, meu intuito é mobilizar a classe pra montar outro assentamento e pra lutar. Nosso principal objetivo aqui é terra, reforma agrária e transformação social” (Isac, 29 anos, PA Ho Chi Min):

“Nosso objetivo é pegar a terra como um instrumento de trabalho e conquistar o poder popular pra gente organizar

⁸ Neste caso, D. Maria Flor estava se referindo ao seu passado de meeira, quando tinha que dividir o fruto de seu trabalho com o dono da terra.

trabalhador, tentar organizar o trabalhador pra ocupar a terra.”
(Sebastião, 23 anos, PA Ho Chi Min).

Não é à toa que aqui são duas falas de dois jovens assentados do PA Ho Chi Min, que é o único do 4 PAs vinculado ao MST. Esse discurso, de cunho político-ideológico, é típico deste movimento que faz um trabalho de formação política nesse sentido, preparando seus quadros para novas lutas, ocupações e para um projeto de transformação social mais amplo.

4.7 – O rural e o urbano, sinergias e contradições

Para os assentados e assentadas desses 4 PAs da RMBH o contato entre o rural e o urbano é portador de tanto de oportunidades como de problemas, variando, é claro, com a característica e localização de cada um. A localização na RMBH, sem dúvida oferece facilidades no tocante à comercialização da produção, frente a um amplo mercado consumidor e um custo de transporte relativamente modesto em função da pequena distância a este mercado.

Essa proximidade com a metrópole também propicia diversas oportunidades de trabalho que, certamente, seriam mais raras numa região rural mais distante de centros urbanos de economia mais dinâmica. Ressalte-se, entretanto, que a qualificação atual da mão de obra dos PAs relega para sua população os serviços mais duros e mal remunerados da metrópole. Entretanto, é importante salientar que há também serviços rurais próximos aos PAs que já ajudam na composição da renda da família. O mais comum é o trabalho de caseiro em sítios de fim-de-semana. Esses serviços, de uma forma ou de outra, diversificam as fontes e agregam renda às famílias assentadas, fortalecendo, inclusive, sua capacidade de se manter no assentamento e investir nas suas áreas de produção e na infra-estrutura do lote familiar.

Por outro lado, há os riscos inerentes da proximidade com a periferia urbana, especialmente, para os PAs de Betim. A questão do roubo de produtos, animais e equipamentos é relativamente comum nos PAs D. Orione e Serra Negra. A fala de S. Orlando do PA D. Orione demonstra bem a extensão do problema.

“Melhor deixar ir roubando devagarzinho com eles pra nós não ser massacrado... o problema é nosso filhos que faz, igual meu filho que trabalha e estuda, né? Chega do estudo em casa meia-noite, então, é um perigo se a gente for mexer com esse pessoal Tem coisa mais pesada no Bairro, que a gente não mexe por conta da nossa família... Então a gente vai deixando levar um pé de mandioca, um boi, tem problema não...”

O ambiente e a ordem que reina no bairro Petrovale, em Betim, não aconselha que S. Orlando registre ocorrência dos roubos na delegacia de polícia. Melhor deixar seguir, para manter a convivência possível. Essa convivência é portadora de outras contradições. Entre elas questões que envolvem os recursos naturais. São elas:

- O valor da Reserva Legal do PA. Esta área de mata é preservada pelas famílias assentadas por exigência legal e pelas suas funções de fornecedora de lenha, protetora das águas, etc. Entretanto, para alguns moradores do bairro que faz divisa com a floresta, esta representa um lugar pouco iluminado que pode abrigar ladrões, marginais, ameaçando a segurança dessas famílias

- A questão da qualidade da água do córrego do Quebra que corta o PA D. Orione e que é utilizado para irrigar as hortas comerciais aí existentes. Essa água tem um grau de poluição, principalmente orgânica, já relativamente elevado. Está em implantação um Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do bairro Petrovale⁹, bem acima e vizinho do PA D. Orione. Isso, certamente, vai melhorar a qualidade da água do córrego do Quebra, mas a comunidade do PA teme que fique um estigma em relação ao PA por irrigar hortas com água resultante da ETE.

Ficam ainda alguns desafios que estes PAs irão enfrentar no futuro como:

- a interação com a exploração minerária e com uma possível expansão de condomínios de classe média urbana na região próxima ao PA Pastorinhas;
- a pressão imobiliária antes e depois da titulação dos assentados pelo INCRA, especialmente nos PAs vizinhos a bairros urbanos (D. Orione e Serra Negra) que têm parâmetros também urbanos de preço da terra e tamanho dos lotes¹⁰.

Nestas questões importa, é claro, as diretrizes dos planos diretores desses municípios que ainda mantém essas áreas como rurais, mas o futuro é incerto, tendo em vista a proximidade/vizinhança com áreas urbanas e a tendência de crescimento de condomínios no entorno “mais verde” de Belo Horizonte. É difícil os prefeitos resistirem a uma perspectiva de maior arrecadação de impostos.

5 – Para finalizar

Esta pesquisa sobre 4 PAs na RMBH veio revelar (afirmando ou desmentindo as hipóteses iniciais) uma série de fatos relevantes para um maior conhecimento e entendimento tanto da dinâmica específica desses assentamento como dessa interface rural/urbano e dos movimentos que parte da população pobre brasileira vem fazendo nas últimas décadas.

O chamado êxodo rural massivo (e urbanização extensiva), principalmente, entre as décadas de 1960 e 1980 não foi tão espontâneo quanto poderia suscitar o fenômeno da “atração” das grandes cidades. Houve também uma desruralização que não passou tanto pela escolha das pessoas e famílias desruralizadas, mas sim por fenômenos como a minifundiarização das pequenas propriedades familiares, diminuição do trabalho rural seja pela mecanização, seja pela decadência de certas regiões ou seja pela maior fiscalização e respeito aos direitos trabalhistas, expulsão de posseiros visando expropriá-los do direito à terra. Há, portanto, uma questão agrária/fundiária que não se resolve nas regiões rurais de origem e que é transferida para as regiões metropolitanas, tomando nova forma.

Ficou latente nas falas dos assentados e assentadas que a identidade com a terra e o sonho de poder acessá-la permanece, assim como se preserva uma certa racionalidade camponesa, que assenta esta identidade no valor de uso da terra, que anseia por autonomia e por uma vida mais comunitária e mais lenta.

⁹ Os esgotos desse bairro vão, principalmente, para fossas negras, mas alguns vão direto para o córrego do Quebra, poluindo-o.

¹⁰ Um lote de 360 m² no bairro Petrovale custava cerca de R\$ 10.000 a R\$ 15.000,00 no final de 2007.

Esta referência camponesa, entretanto, é das gerações que hoje estão acima dos 40 anos e que foram protagonistas destas migrações e desta preservação da identidade com a terra. Será que esta referência se manterá nas gerações mais jovens, que tiveram a maior parte de suas vidas ligada ao ambiente urbano? Constatamos que grande parte dessa geração posterior está já fora dos PAs, ganhando a vida e morando nas cidades da RMBH, mesmo porque a pequena extensão das áreas dificulta a ocupação de toda a família no PA. O futuro dos PAs depende, é claro, das opções que essas gerações farão no seu tempo. Vimos que a história não é linear, nem segue sempre o senso comum da urbanização inexorável e eternamente progressiva. Valerá a pena acompanhar esses desfechos futuros desses PAs, mas sabemos que eles dependem de um conjunto de fatores e ações que envolvem uma série de atores: poder público municipal, INCRA, movimentos sociais da luta pela terra, moradores urbanos vizinhos, centros de conhecimento como as universidades e, principalmente, das famílias assentadas e de sua capacidade organizativa e empreendedora.

Importante é olhar para esses PAs com suas próprias histórias e não diluí-los na massa metropolitana. Podem haver lugares singulares para eles neste espaço, no sentido de manter e acentuar sua heterogeneidade e complementariedade. Fundamentalmente, são ricos testemunhos da dinâmica sócio-espacial da sociedade brasileira nas últimas décadas e demonstradores de que as ligações entre o que foi, o que é e o que será são mais consistentes do que nossa sociedade das mudanças velozes pode permitir antever.